

Presunção de desonestidade é desafio a que todos podem se submeter

17/10/2025

A cada troca de guarda dos jornalistas de Brasília, as mesmas pautas são refeitas como se fossem inéditas. Uma delas é falar dos laços familiares de autoridades públicas.

Claro que há tangências e intersecções que são, no mínimo, reprováveis. Mas o primeiro mandamento dessa bíblia — a presunção de desonestidade, corrupção e de que todo mundo é trambiqueiro — pede alguma reflexão.

O Plano Piloto de Brasília tem uma população de aproximadamente 225 mil pessoas. Cerca da metade trabalha no serviço público (47,2%, segundo registrou o *Jornal de Brasília*). Considerando que essas pessoas têm famílias, qual será a probabilidade de que outro integrante trabalhe no serviço público? Estimar 50% parece razoável.

A probabilidade de um funcionário no Distrito Federal ter parentesco com alguém com cargo no Congresso, em algum ministério, na Caixa Econômica ou outro órgão qualquer não é pequena. Se alguém quiser suspeitar de negociatas, pode. Desde que concorde em submeter sua rede de relacionamentos ao mesmo crivo usado para aferir a moralidade alheia.

É justo que a imprensa fiscalize Executivo, Legislativo e Judiciário. Justo e necessário. Mas também pode-se falar da iniciativa privada. No Brasil, segundo o IBGE, 90% das empresas têm estrutura familiar. Principalmente as empresas de comunicações.

De acordo com os registros da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, Brasília tem cerca de três mil jornalistas. Esse número está subestimado. Esses profissionais, no papel de jornalistas ou não, são duplês de assessores técnicos, chefes de gabinetes e dezenas de outros cargos.

Indicar familiares ou amigos para cargos que não exigem concurso não significa, necessariamente, que exista barganha ilícita. Na época em que jornalistas ganhavam mais no “emprego público” do que nos jornais, uma famosa do meio chegou a acumular cinco salários: Câmara, Senado, Gráfica do Senado, Ministério da Justiça e Serpro.

Nesta semana, a *Folha de S.Paulo* deu ares de escândalo a uma “acusação” de que entre os assessores do presidente da Caixa estão a filha de um deputado federal, o irmão de um prefeito, a ex-mulher de um ministro e um advogado de um deputado federal.

No jornalismo americano não vigoram suposições e desconfianças para condenar alguém. O ilícito ou a imoralidade prescinde da comprovação de uma contrapartida. Todos os dias algum juiz brasileiro é acusado de ter sido visto ou fotografado com pessoa que tenha interesse na Justiça ou no tribunal da vítima.

É preciso ser muito preguiçoso (ou incompetente) para supor troca de favor ou coisa pior sem checar se o “emprego” ou favor foi pago. E tem os falsos raciocínios lógicos. Ex-mulher, ex-sócio ou ex-qualquer coisa. Há aí indício de cumplicidade ou o contrário?

Stanislaw Ponte Preta bolou a célebre frase “Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos!”. O raciocínio pode ser adaptado. Vamos supor que todas as pessoas são venais. E cada um que prove sua integridade. Menos os jornalistas, claro.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-17/presuncao-de-desonestidade-e-desafio-a-que-todos-podem-se-submeter/>

Joédson Alves/Agência Brasil



Em Brasília, quase metade da população é formada por servidores públicos